

O negro na literatura brasileira *versus* uma literatura afro-brasileira: mito e literatura

JEAN-YVES MÉRIAN

Université de Rennes II – Haute Bretagne

Nunca no Brasil o papel do negro na sociedade, na economia, na cultura foi tão estudado como nos últimos trinta anos. Historiadores, sociólogos, antropólogos, críticos literários, lingüistas, musicólogos... brasileiros mas também europeus e norte-americanos publicaram teses, livros, ensaios e inúmeros artigos em revistas especializadas ou de vulgarização que modificaram profundamente a visão que se tinha até então no Brasil, do papel do negro e da própria identidade do país como nação, transformando a visão que fora marcada pelas teses do racismo científico e pelas virtudes do branqueamento até os anos 1930 e após de 1930, pela exaltação das virtudes da miscigenação e da democracia racial brasileira, que louvava a integração progressiva do negro numa sociedade onde, embora pudessem existir certos preconceitos raciais, não haveria racismo. Era consenso que no Brasil, o país do homem cordial e tolerante, não existiam as formas de racismo e de discriminação que tinham marcado as sociedades norte-americanas e sul-africanas e que o desenvolvimento do modelo luso-tropicalista descrito pelo sociólogo Gilberto Freire a partir dos anos 1935, era uma feliz exceção que permitira evitar mortíferos conflitos. Na verdade, ao longo do século XX tinham surgido, como poderemos constatar, um certo número de

movimentos políticos, sociais e culturais que denunciavam os limites ou até a impostura da democracia racial, mas a meu ver o ano de 1978 marcou uma mudança fundamental na maneira de encarar a problemática da identidade brasileira e as relações raciais no seio daquela sociedade.

Graças ao início da abertura política no final da ditadura militar, surgiu e se desenvolveu, em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, um movimento negro articulado que se posicionava em ruptura em relação à postura, politicamente correta até então, da democracia racial. A denúncia das formas de racismo, de discriminação, de opressão, de marginalização, de injustiças sofridas pela população negra e a reivindicação do direito à diferença, ao reconhecimento da dignidade e da identidade dos afro-brasileiros, chamados também de afrodescendentes, e o exercício da plena cidadania daqueles que sempre foram consideradas como os vencidos, foram a bandeira deste movimento.

É de assinalar que um livro marcou o ano 1978 por seu caráter iconoclasta e provocador: *O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado*, escrito por Abdias do Nascimento, um intelectual negro, figura da luta pelos direitos humanos, ainda então exilado nos Estados Unidos. Lá convivera com os mais representativos membros dos seguidores de Martin Luther King, dos Black Panthers. Abdias do Nascimento possuía igualmente um grande conhecimento das teses da negritude de L. Sedar Senghor, Aimé Césaire e conhecia as teses de Frantz Fanon em *Peau noire et masque blanc* e de Jean Paul Sartre, contra o colonialismo europeu.

O livro denunciava e explicitava as diferentes formas de genocídio de que foram vítimas os negros africanos deportados como escravos para o Brasil, o intelectual negro brasileiro nele se empenhava em desmitificar a democracia racial brasileira.

Como salientou, na introdução ao livro de Abdias do Nascimento, Florestan Fernandes, autor do famoso livro *A integração do negro numa sociedade de classes*. Em suma, pela primeira vez surge a idéia do que deve ser uma sociedade pluri-racial como democracia: ou ela é democrática para todas as raças e lhes confere igualdade econômica, social e cultural, ou não existe uma sociedade pluri-racial democrática. À hegemonia da 'raça' branca se contrapõe uma associação livre e igualitária de todos os estoques raciais.

O genocídio do negro brasileiro, verdadeiro manifesto, seguiu-se em 1980, a publicação de *O Quilombismo*, que explicita as teses da resistência. Esta última obra foi inspirada na história do Quilombo dos Palmares e na necessidade dos oprimidos conquistarem, através da luta, o reconhecimento da igualdade e da dignidade numa sociedade, desde sempre, dominada pelos brancos.

Ao longo dos vinte anos que se seguiram, as formas de luta foram múltiplas, quer no plano social quer no cultural. Um grande momento foi a declaração do dia 20 de novembro como *Dia da Consciência Negra* em homenagem a Zumbi dos Palmares, assassinado em 20 de novembro de 1695.

No plano cultural foram anos de grande atividade no campo da música, do teatro, das artes plásticas, da dança... mas também no campo da literatura, tema que

nos interessa aqui. Contudo é preciso ter em vista que a literatura negra, a partir de 1978, nunca pôde ser desvinculada dos movimentos diversos de recuperação dos elementos constitutivos da identidade afro-brasileira (mitos, lendas, religiões afro-brasileiras, cosmogonia afro-brasileira) nem das lutas sociais em prol do reconhecimento dos direitos sociais, educacionais, e econômicos dos negros brasileiros.

Foi precisamente em 1978, que no plano da produção literária surgiram, em São Paulo, os *Cadernos Negros*. Outras publicações viram a luz em Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, afiliadas ao “Movimento Negro Unificado”.

A constituição do grupo “Quilomboje” em 1980, veio dar mais força ao movimento, resgatando iniciativas de movimentos anteriores, como as da “Frente Negra Brasileira” de 1931, do “Teatro Experimental do Negro” de 1944, quando os iniciadores destes movimentos decidiram se afirmar como atores, como criadores e não mais como temas de inspiração ou como objetos.

Esta postura não deixa de lembrar aquela que, quarenta anos antes, tiveram os militantes da negritude:

L. S. Senghor e Aimé Césaire, também autores de *cahiers*, mas já de uma forma genuinamente brasileira. Para jovens escritores-militantes, oriundos de um meio culturalmente desfavorecido, com um público potencial ainda profundamente alienado e pouco habituado à leitura, tratava-se de um desafio monumental.

Assim, apesar da falta de recursos financeiros, de editores consagrados, de distribuição adequada, todo

ano, alternativamente é publicado um *Caderno Negro de Poesias* e um *Caderno Negro de Contos*. Contudo, a produção de romances tem sido, até agora, muito limitada, não se reverte tão facilmente uma situação consolidada desde meados do século XIX.

A produção literária brasileira esteve, como veremos, profundamente ligada às ideologias dominantes.

Em muitos casos, estas se transformaram em verdadeiros mitos: superioridade da raça branca, branqueamento positivo, democracia racial. Os autores mais conhecidos, os que são referências nas livrarias, bibliotecas e escolas, geralmente brancos ou “aspirantes” a brancos, construíram as suas obras e conceberam as suas personagens em função destas ideologias discriminatórias, para um público que não questionava as bases ideológicas destas produções.

Lembraremos enfim, antes de entrarmos no estudo das relações entre mito e literatura, que a maioria dos autores de romance eram também jornalistas e que discutiam nos jornais as teses que iam depois aparecer nos próprios romances – o romance era de certa forma o prolongamento do jornal. As crônicas, os contos, os romances, contribuíram de forma quase simultânea ao fortalecimento de certas teses e ideologias que se transformaram em mitos que ninguém ousava questionar. Partiremos da época do romantismo, através de alguns exemplos. Embora a população não branca fosse majoritária no Brasil dos anos dos meados do século XIX, quando os pensadores e escritores brasileiros que pensavam a idéia de nação, que pensavam o conceito de povo brasileiro, eliminaram, por razões ideológicas, em

função dos mitos da superioridade da raça branca e da civilização européia, mais da metade da população brasileira. Assim, os negros, por serem escravos e representantes da barbárie, tornaram-se indignos de aparecerem na galeria dos antepassados da nação brasileira.

Quanto aos índios, foram resgatados, como se sabe, não a partir dos povos remanescentes do genocídio que marcou a presença colonial durante os três primeiros séculos de ocupação do Brasil, mas dos índios mitificados, portadores de todas as qualidades dos heróis da Idade Média que o romantismo mitificara na Europa.

O melhor exemplo é *Iracema* de José de Alencar, publicado em 1865. Se o fruto dos amores do português Martim e da índia Iracema será um mestiço do ponto de vista da genética, culturalmente será criado, educado, formado, na Europa. A índia e o povo indígena ao qual pertence; desaparecem dando lugar a um ser híbrido que não transmite nenhum dos valores culturais, lingüísticos, religiosos do povo materno. Destarte não se trata de sincretismo mas sim de uma forma de assimilação que se manifesta num processo de genocídio.

Embora romântico, José de Alencar ilustra bem as teorias de Darwin e de Spencer cujo pensamento começa a ser difundido na mesma época no Brasil. Não há sobrevivência das “raças inferiores” quando confrontadas às raças superiores. A eliminação é um fruto dos determinismos cientificamente estabelecidos, novo nome dado ao destino. Assim as teorias científicas vêm dar força aos mitos.

No que diz respeito ao negro, cabe comentar a obra de Bernardo Guimarães *A escrava Isaura* (1875), a partir

dos mesmos critérios. É certo condena que a escravidão, como instituição e os seus efeitos no plano social e humano, mas em nenhum momento encontramos um interesse particular pelo legado humano e cultural da África. A piedade que sentem os leitores diante do destino de Isaura, nasce do contraste entre a injustiça que sofre como escrava, mesmo tendo todos os atributos físicos e culturais de uma moça branca da melhor sociedade : a beleza, a perfeição moral e cultural são atributos da componente branca da sua pessoa. O que importa é o estatuto de Isaura, não a sua origem afrobrasileira.

De certa forma Isaura é uma ilustração dos aspectos positivos do branqueamento, da fusão-diluição do “elemento africano”, da limpeza do sangue que nada mais é que uma forma de aniquilar as referências à origem afro-brasileira pelo lado materno. A relação entre mito e literatura está perfeitamente ilustrada na elaboração desta personagem que no fim do romance, casa-se com um “branco de lei”, ilustrando assim o processo de integração-assimilação-branqueamento. A questão racial esteve profundamente ligada ao debate sobre a identidade nacional e o conceito de nação tanto na imprensa como no romance da época realista e naturalista. A ideologia de superioridade da raça branca, ilustrada pelos discípulos de Darwin, assim como por Spencer, por Auguste Comte ou por Gobineau, não era combatida por nenhum intelectual e escritor brasileiro. A verdadeira, a única civilização era a europeia. A barbárie era africana, que dizer dos índios, cientificamente fadados ao desaparecimento.

Para os discípulos de E. Zola, dentre os quais Aluísio Azevedo, não existia nenhuma dúvida a este respeito, mesmo se sua posição a favor da abolição da escravidão seja muito clara. No seu romance *O Mulato*, considerado como o primeiro romance realista-naturalista no Brasil, Aluísio Azevedo ilustra a dificuldade para Raimundo – um mulato que ignora, até a trágica revelação, pelo seu tio Manuel, a sua identidade de mulato, filho de escrava, foro à pia – de se integrar, de ser aceito na sociedade conservadora, neo-colonial, clânica do Maranhão. Ele possui traços de mulato claro, uma educação que recebeu nas melhores universidades portuguesas e européias. Pesa-lhe porém o estigma da mestiçagem: não tem “sangue limpo”. A eliminação do *Mulato* no fim do romance nada mais é que lógica, ditada pelos determinismos sociais que regem a sociedade do Maranhão.

Porém, por primeira vez, o leitor descobre um novo dado. Raimundo teria tido a possibilidade de integração como mulato claro instruído que era, se tivesse vivido numa sociedade mais aberta, urbana, como a do Rio de Janeiro, onde ninguém pudesse desconfiar de sua identidade. Aluísio Azevedo explana já a tese do branqueamento e de um futuro Brasil mestiço, fruto da miscigenação. Contudo já neste caso, em parte utópico, o processo supõe a negação da componente africana, negação esta que denunciada por Abdias do Nascimento um século mais tarde como um verdadeiro genocídio cultural.

Esta tese das virtudes do branqueamento reafirmase mais tarde, em 1890, em *O Cortiço*, através da relação

entre o português Jerônimo e a bela mulata Rita Baiana. O abasileiramento do português, amante de Rita Baiana, é o prenúncio do nascimento de um povo brasileiro miscigenado. No caso, a contribuição afro-brasileira é limitada já que é o apelo da raça superior que leva Rita Bahiana a preferir o branco português Jerônimo ao mulato capoeirista Firmino.

Este mito das virtudes do branqueamento sofre porém algumas restrições. Em *Casa de Pensão*, o “herói” degenerado e perverso é o fruto da lubricidade das mucamas negras e das mulatas que o perverteram desde a infância e a adolescência – os determinismos, na concepção naturalista, aparecem sempre em detrimento do negro ou no caso, da negra apresentada como sensual, lúbrica, imoral, com uma influência negativa sobre a formação do jovem branco criado no ambiente da sociedade escravocrata. Na relação opressor-oprimido, Aluísio Azevedo, como aliás os outros escritores brasileiros, adota uma atitude preconceituosa em relação aos afro-brasileiros, que apresenta como animalizados. Outro escritor naturalista, Adolfo Caminha, em *O bom crioulo* (1894) ilustra perfeitamente este preconceito ligado à idéia da animalidade do negro, à sua perversão nata. O *bom crioulo* é vítima da sua condição de negro, mas é também a primeira figura de homossexual perverso e assassino da literatura brasileira.

Paralelamente a este processo de criação de personagens literárias afro-brasileiras ambíguas ou negativas, não podemos esquecer os estudos, orientados pela mesma ideologia racista, levados a cabo por Sílvio Romero, na sua *História da literatura brasileira*, quanto

à avaliação do papel dos afro-brasileiros na cultura popular brasileira. Pelas mesmas razões, Romero valoriza, inspirado em Teófilo Braga, a cultura popular levada pelos portugueses que colonizaram o Nordeste brasileiro e deixa pouco espaço para as formas de cultura afro-brasileira e indígena transmitidas oralmente pelos povos dominados ou escravizados.

Afinal os escritores procuravam, no fim do século XIX, ilustrar no campo cultural, as teorias levadas da Europa sobre a superioridade dos brancos em relação a todos os aspectos da civilização e da cultura.

Não existia contestação, o “científico” tornou-se ideologia, a ideologia transformou-se em mito da superioridade branca. Aliás as teses, todas reforçadas pelos novos teóricos, como o psicossociólogo Gustave Lebon, prediziam um desaparecimento “raças inferiores” ou uma fusão no cadinho brasileiro, dos imigrantes europeus que partiam da Europa para a América do Sul e do Norte.

A população negra estava fadada a desaparecer em pouco mais de um século. Esta utopia, ligada às teorias da seleção natural e das virtudes do branqueamento foi uma das manifestações mais claras da ideologia racista na virada do século XX e a mais perniciosa para o reconhecimento da contribuição dos negros à formação do povo brasileiro.

No plano literário estes mitos foram ilustrados por dois escritores marcantes no começo do século XX: Graça Aranha e Euclides da Cunha. Em *Os Sertões*, publicado em 1902, escrito a partir da experiência da guerra civil de Canudos no interior do Estado da Bahia,

Euclides da Cunha, profundamente marcado pelas novas filosofias científicas (evolucionismo, positivismo) interpreta este episódio trágico, a partir dos mitos que se tinham formado na opinião dos republicanos das cidades do sul, referentes ao fanatismo e ao primitivismo do povo sertanejo mestiço, bastante decadente justamente como consequência da mestiçagem entre elementos inferiores da população. A experiência ensinara a Euclides da Cunha a inadequação de certos mitos à realidade sertaneja, principalmente no que dizia respeito à adaptabilidade do mestiço sertanejo ao meio hostil. A sua intuição compensava a inferioridade das formas de inteligência racional, no mundo difícil do sertão. Euclides tivera a experiência da violência extrema na vingança dos soldados do sul, vencidos três vezes e que acabaram dizimando a população dos adeptos de Antônio Conselheiro, naquilo que foi um autêntico genocídio. A violência e a barbárie não estavam mais do lado dos “bárbaros mestiços” mas sim dos supostos “civilizados” do sul. Assim, realidade e mito estão presentes no âmago da obra de Euclides da Cunha.

Já que na época existia uma gradação na afirmação das qualidades e defeitos das raças, Euclides da Cunha achava superior o sertanejo, mais útil para a conquista dos espaços inóspitos do sertão, e mais tarde do Acre e da Amazônia do ciclo da borracha, do que o negro e o mulato da costa, da Zona da Mata, considerados preguiçosos, viciados, pouco inteligentes, promíscuos e libidinosos, constituindo um mau exemplo, um perigo para a população branca e um fator de atraso. O preconceito da inferioridade do negro imperava. Em *Os*

Sertões, as páginas consagradas aos mulatos e negros da costa são uma bela ilustração das teorias de Gustave Lebon.

Igualmente *Canaã* de Graça Aranha, publicado a um ano de distância, explicita bem a questão racial no Brasil. Aqui já não se trata de um romance de tese, mas sim de um romance no qual se confrontam diversas teses sobre a construção e o futuro da nação e do povo brasileiro. Milkau e Lentz, dois jovens imigrantes alemães, instalados na região de cafeicultura do Espírito Santo, ao norte do Rio de Janeiro, debatem sobre o futuro do Brasil. Um defende a necessidade de uma limpeza étnica para facilitar a instalação dos arianos, detentores da superioridade racial e da inteligência, para fundar na terra prometida, Canaã, uma civilização europeia nos trópicos, já o outro, defende a posição inversa: a mestiçagem. A miscigenação seria a solução tanto no plano ético como biológico para chegar a uma sociedade pacífica, adaptada ao meio. Aparece aqui claramente exposta a utopia de uma sociedade brasileira “branqueada”, base de uma democracia racial a ser construída.

Os mais esclarecidos dentre os “brasileiros” defendiam a mesma teoria, sem contestarem a superioridade da Europa, conscientes das dificuldades inerentes à evolução de um povo mestiço, num país que conservava os vícios próprios de uma sociedade pervertida por quatro séculos de escravidão dos negros africanos. No caso de *Canaã*, é evidente que a literatura prolonga os debates na imprensa e que os mitos que giravam em torno dos conceitos de civilização e barbárie eram temas predominantes.

Quem pensa que esta posição era própria aos intelectuais e escritores brancos está enganado. Os intelectuais negros e mulatos mais destacados Tobias Barreto³ e Raimundo Nina Rodrigues⁴ apoiavam as teses racistas da época e contribuíram para fortalecer o mito da superioridade da raça e da civilização dos europeus, em detrimento da raça negra.

Esta ideologia da superioridade racial dos brancos, o discurso unívoco da classe dirigente exerceram uma influência duradoura no discurso oficial e no inconsciente coletivo e terminaram por transformarem-se em crença. Poder existir, para um negro e um mulato, passava obrigatoriamente pelo distanciamento de tudo o que dizia respeito à origem negro-africana: língua, religião, cosmovisão, cultura, aspecto físico, comportamento...

Assim, quando Abdias do Nascimento defende a tese do genocídio cultural, da alienação do negro brasileiro, da desvalorização das culturas afro-brasileiras a este processo que se refere.

Nenhum intelectual ou escritor, mesmo mulato escuro ou negro, salvo poucas exceções, como Luís Gama entre 1860 e 1880, Lima Barreto e Cruz e Souza no começo do século XX, se atreveu a criticar ou sobretudo a questionar a “verdade” da superioridade do branco e da civilização europeia. A suposta verdade científica, que tornou-se ideologia e mito, era ilustrada nos romances principalmente por personagens que encarnavam todos os estereótipos aos quais aludimos. É certo que, em 1905, Manuel Bonfim no seu estudo *Males de origem*, denunciou a exploração luso-

espanhola na América latina, o comportamento predador e parasita dos colonialistas europeus, como causa de um atraso profundo, muito mais pernicioso do que a suposta inferioridade dos índios e dos negros. Bonfim mostrou a degradação dos costumes, os vícios sociais, inerentes às sociedades escravocratas, que considerava mais grave para a construção da nação brasileira do que a coexistência de três grupos étnicos.

Contudo a influência desses escritores e pensadores teve pouca repercussão nos meios cultos das cidades, mais interessados pelas obras de Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Euclides da Cunha, Graça Aranha, mais conformes às idéias aceitas e à ideologia quase oficial. No povo, marginalizado e analfabeto, não existia a mínima alusão ao tema.

Os mais otimistas dentre os pensadores e escritores do Brasil do começo do século XX pensavam que seria possível, em função de critérios “científicos”, chegar a um Brasil branqueado, sem negros, sem índios, em pouco mais de um século, capaz de assimilar a civilização européia superior e afastar os resquícios de barbárie ameríndia e africana.

Houve no movimento modernista, uma certa forma de reabilitação do negro e um reconhecimento da contribuição, no plano cultural da população afrobrasileira para a construção da identidade brasileira.

Porém, não existia nenhum espaço, no movimento elitista paulista, para a expressão e difusão da cultura dos afro-brasileiros.

Influenciados pela “escola de Paris”, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Portinari, Di Cavalcanti... fizeram

entrar o negro nas artes plásticas. Este movimento artístico porém não reabilitava o negro, que permanecia na posição de tema de inspiração, de objeto.

Quanto ao plano literário, o começo de desconstrução de certos mitos da época romântica, como no caso da *Escrava que não era Isaura*, de Mário de Andrade, não chega a uma reavaliação do papel do negro na literatura. A obra de Mário de Andrade – mulato claro, que nunca se posicionou como negro, que nunca assumiu a sua filiação afro-brasileira – *Macunaíma*,⁵ publicada em 1928, é emblemática da atitude dos modernistas: sincretismo, virtudes da miscigenação e da fusão das três raças, com uma clara atitude preconceituosa em relação à raça negra.

Nesta obra há passagens em que o discurso de rebaixamento do negro fala pela voz do narrador, como na famosa cena do branqueamento do herói, em que a água mágica “lava” o “pretume” da pele... Na seqüência, o irmão se joga sofregamente na mesma água, mas esta já estava “muito suja da negrura do herói”... e o irmão “só conseguiu ficar da cor do bronze novo”. O narrador afirma que Macunaíma “teve dó” e assim “consolou” o irmão: olhe, mano Jiguê, branco você não ficou não, porém pretume foi-se e antes fanhoso que sem nariz.

O humor de Mário de Andrade, o tom paródico não disfarça o sentimento de que adere ao mito da superioridade da raça branca e inferioridade dos outros. O trabalho, valioso é certo, efetuado depois por Mário de Andrade, por Câmara Cascudo sobre o folclore e a cultura popular afro-brasileira vai no sentido de uma valorização do patrimônio nacional. O magnífico estudo

de Mário de Andrade sobre a produção artística do grande escultor mulato barroco Aleijadinho, em Minas Gerais do fim do século XVIII, ilustra esta preocupação. Porém esta obra de Mário de Andrade é um trabalho de historiador, de acadêmico sobre uma cultura fossilizada, o folclore, parada do tempo, e sobre o passado colonial, no caso de Aleijadinho. Mas o questionamento sobre a atitude dos modernistas por parte dos afro-brasileiros só apareceria cinquenta anos mais tarde. Ao mito da superioridade racial do branco aos poucos se substitui outro, o da democracia racial.

Em poucos anos, após a Revolução de 1930, graças ao trabalho dos modernistas, o mestiço se confunde com o nacional, a miscigenação é valorizada, a democracia racial vira ideologia oficial. Entre o ano da publicação de *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre⁶ 1933 e 1940 quando publicou *O Mundo que o português criou* e a edição de *Marcha para Oeste* de Cassiano Ricardo,⁷ numerosos estudos sobre a formação do Brasil pelos senhores de engenho de açúcar ou do café e pelos Bandeirantes que descobriram o ouro e os diamantes e conquistaram o interior do continente vieram enaltecer as virtudes da miscigenação, o caráter original da civilização brasileira. Nela podia, é certo, haver preconceitos de cor, mas nela não existia racismo como nas antigas colônias saxônicas, nela sim se desenvolvia a democracia racial.

Luso-tropicalismo e bandeirismo foram, a meu ver, dois elementos essenciais na construção da idéia de civilização brasileira e de identidade nacional. Forneceram ao Estado Novo as bases para organizar os mitos

fundadores de uma nação sem maiores conflitos, modelo de harmonia negociada entre as raças.

O movimento como a “Negritude” que surgiu na mesma época, no Império colonial francês era impensável no Brasil de Getúlio Vargas onde imperava o discurso unívoco do Nacional. A maioria dos negros “educados”, mesmo os membros da “Frente Negra Brasileira”, aderiam a uma ideologia que supostamente favorecia, no âmbito da democracia racial, a mobilidade e a ascensão social, dos homens de cor competentes. Eram os que Frantz Fanon chamaria alguns anos mais tarde “os negros de alma branca”.

A produção literária do chamado realismo regionalista acompanhou esta tendência. Mesmo Jorge Amado que deu um papel importante aos negros em *Pastores da Noite*, *Jubiabá*, *Capitães de Areia*, com descrições muito fiéis da realidade humana, cultural, religiosa do povo da Bahia, não se coloca num plano de afirmação da especificidade do homem afro-brasileiro e da sua dignidade. Nos romances da fase realistasocialista, *Terras do Sem Fim*, *São Jorge dos Ilhéus*, não coloca o problema do negro como sendo de natureza étnico-racial, senão de natureza principalmente social e política numa perspectiva marxista.

Os romances dedicados à epopéia bandeirante quer os de Alfredo Ellis, Alcântara Machado no começo dos anos 30 até à obra de Dinah Silveira de Queiroz, *A Muralha* (1954) ilustram o mito de democracia racial e da unidade nacional.

É evidente que toda manifestação política e cultural que denunciasse os efeitos perniciosos do discurso

oficial, o mito da democracia racial que contrastava com uma realidade de discriminação racial, de marginalização da população de cor, de repressão aos cultos afrobrasileiros, só podia ser considerada subversiva e reprimida em nome da unidade e da segurança nacional.

A interdição da *Frente Negra* em 1937 e de qualquer movimento de base étnico-racial era assim coerente com os objetivos do *Estado Novo* imposto por Getúlio Vargas em 1937 dentre os quais a promoção da unidade nacional em torno de três noções principais: um estadonação, um povo unido, uma única língua: a Portuguesa.

A repressão contra o comunitarismo alemão, italiano, japonês, a partir de 1938 dava argumentos àqueles que podiam ser percebidos como racistas pela repressão aos movimentos negros incipientes e às expressões culturais afro-brasileiras.

Para os negros brasileiros não havia verdadeiras alternativas. Os marxistas do Partido Comunista Brasileiro, enfraquecidos após a repressão que seguiu a tentativa de revolução em 1935 não tomavam em consideração a vontade de afirmação do multiculturalismo (noção posterior).

Os valores universais, a luta de classes para a construção de uma sociedade comunista ideal, na qual existiria uma igualdade entre todos os homens independentemente da cor, da raça, da etnia, não deixava espaço para a afirmação da negritude. No realismo socialista existia um espaço para a problemática social e política, na qual o tema das relações raciais existia de forma incompleta ou marginal. A ideologia marxista geradora de novos mitos e utopias não representava, para

os negros brasileiros um quadro de expressão satisfatório, já que não se preocupava dos valores específicos da comunidade afro-brasileira.

Aliás esta fase foi muito importante para os atores dos futuros movimentos negros, como Abdias do Nascimento, para uma tomada de consciência de que um movimento negro, da “negritude”, ou da “negrícia”, só poderia contar com as suas próprias forças e só poderia se desenvolver numa sociedade libertada das imposições da ditadura.

No fim da era Vargas, Abdias do Nascimento organizava o T.E.N. – Teatro Experimental do Negro que teria atuação de 1944 a 1968.

O negro, sempre colocado numa posição inferior, de empregado, de subalterno, é pela primeira vez colocado no papel de protagonista por Abdias do Nascimento, na peça *O Imperador Jonas* de Eugene O’Neill⁸ encenada em maio de 1945, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, momento da vitória dos aliados sobre o nazismo.

A importância simbólica do evento foi demonstrada por Éle Semog, na biografia de Abdias do Nascimento, há pouco publicada.⁹ Note-se porém que o evento ocorreu no fim da guerra e da ditadura Vargas. Mesmo depois da restauração de uma ordem constitucional, não exatamente democrática, o processo que levaria ao surgimento de um movimento negro foi lento.

Assim, em 1950 teve lugar o primeiro Congresso do Negro Brasileiro, que se reuniu para discutir questões de ordem social, política e cultural, com vistas à apresentação

de propostas para a Constituinte que se instalou naquele ano. Publicou-se um *Manifesto à Nação Brasileira* que contém diversas propostas que seriam retomadas pelo *Movimento Negro Unificado* em 1978 e que só chegariam ao Congresso, a partir de 1983.

Foi preciso esperar o fim dos anos 50 para que se pudesse assistir a uma mudança notável que coincidiria com o movimento de independência dos países africanos, que marcou o fim dos impérios coloniais. As reflexões então mais inovadoras, que divergiam dos discursos oficiais, tiveram lugar no seio do I.S.E.B. Igualmente, os estudos de Roland Corbisier, *Formação e problema da cultura brasileira*, (1960) e de Guerreiro Ramos *O problema nacional do Brasil* (1960) tiveram um influência notável num círculo infelizmente reduzido, do qual fazia parte Abdias do Nascimento. Contudo, a difusão da produção do ISEB pouca ou nenhuma influência exerceria junto aos futuros animadores do Movimento Negro de 1978.

Serviram os trabalhos do ISEB para um melhor conhecimento da produção dos intelectuais engajados nas lutas pela independência dos povos africanos, como Frantz Fanon, *Les damnés de la terre* (1961), *Peu noire et masques blanc* (1952) ou Jean Paul Sartre, *Le Colonialisme est un système* (1956) ou ainda Georges Balandier e Aimé Césaire, *Discours sur le Colonialisme* (1955).

A reflexão dos “isebianos” podia se apoiar, do ponto de vista metodológico, sem imitação – o Brasil não era uma colônia – num corpo técnico e programático sólido, em ruptura com as antigas referências européias e

brasileiras.

Os temas do colonialismo e o neocolonialismo mas principalmente da alienação se encontram tanto no ISEB (Corbisier, Guerreiro Ramos¹⁰) como nos livros de Frantz Fanon, cujos livros foram reeditados em português no Brasil em 1979. Este autor, quando se dirige aos negros, propõe uma leitura da realidade racial, das relações entre o branco e o negro, entre o colonizador e o colonizado, o opressor e o oprimido, que os leve a uma procura de autenticidade, ao repúdio da alienação que caracterizou desde o século XIX os intelectuais brasileiros importadores de modelos pré-fabricados da Europa. Fanon propõe uma escolha clara entre autenticidade e alienação. Embora reconhecendo a necessidade de resgatar o passado, defende a idéia de que “o intelectual que quer fazer obra autêntica deve saber que a verdade nacional é primeiro a realidade nacional”.¹¹ Era necessário dar início a um movimento que restituísse ao colonizado a sua “essência” e isto passava pela desalienação. Foi neste contexto de debate ideológico que se desenvolveram também os movimentos de cultura popular que recusavam que este ficasse limitado ao folclore que remete à tradição, ao passado, às formas petrificadas da expressão cultural do povo. O que pretendiam os mais combativos, embora fossem minoria, era a conscientização do povo e a valorização das formas contemporâneas da cultura popular, sem quaisquer complexos. Porém, o golpe militar veio interromper um movimento que teria podido abrir espaço para a afirmação de uma cultura afro-brasileira, de uma cultura negra desalienada, no sentido sugerido

por Frantz Fanon e os intelectuais do I.S.E.B, no Brasil. Contudo, o conceito de integração nacional decorrente da aplicação da “ideologia da segurança nacional”, que iria orientar a política da ditadura militar durante quinze anos, não deixava espaço para expressões culturais que questionassem a integridade nacional apresentada como “comunidade” baseada na miscigenação e na “democracia racial”. As idéias defendidas pelos ideólogos da era Vargas foram retomadas, como frisa o brasilianista norte-americano Thomas Skidmore, autor de *Preto no Branco* (1976):

Para brasileiros e não brasileiros, Freyre tornou-se o papa da assimilação racial no mundo de fala portuguesa. Continua sendo até hoje o talismã a quem a elite brasileira recorre quando precisa refutar alguma sugestão de que sua sociedade seja racista”.¹² Aliás, no Conselho Federal de Cultura dominavam os representantes dos seguidores de Gilberto Freyre e de entidades oficiais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras.

A censura agiria como repressão seletiva contra os pensamentos políticos e obras artísticas que denunciavam formas de opressão que não fossem “politicamente corretas” (discriminação racial, marginalização do população negra)... por exemplo. Ora um dos temas principais dos movimentos negros é precisamente a denúncia da “democracia racial” e a suposta aculturação harmoniosa descrita por Gilberto Freyre. Neste contexto nem o Teatro Experimental do Negro pôde continuar atuando. Após a proclamação do AI5, Abdias do Nascimento viu-se forçado a partir para um longo exílio nos

Estados Unidos da América.

Durante o período da ditadura militar, a cultura tornou-se um tema prioritário para a orientação da consciência do povo e sua manipulação. As políticas de estado foram eficientes na TV, no cinema, na edição...

A expressão cultural do negro foi recuperada e instrumentalizada:

TV, Futebol, Carnaval, Folclore ilustrando as virtudes da miscigenação e da democracia racial. As leis do mercado e da consagração nas indústrias culturais marginalizaram cada vez mais as possibilidades de expressão de uma cultura negra desalienada.

Não por acaso, apenas em 1978 surgiria um movimento negro de contestação. A abertura política, iniciada em 1978, a posterior lei de anistia de 1979 e a abolição dos Atos Institucionais permitiriam o surgimento de movimentos de democratização, no qual se inserem os movimentos negros. Assim, tornou-se a partir de então viável a reunião de militantes da causa negra das gerações anteriores e os das novas gerações: com a presença de Abdias do Nascimento, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial – MNUCDR – posteriormente MNU nasce em São Paulo em 1978.

A publicação do *Genocídio do negro brasileiro* em 1979 e de *Quilombismo* (Petrópolis: Ed. Vozes, 1980), o surgimento do movimento cultural e político *Quilombhoje* em São Paulo, em 1980, foram importantes para o deslanchar de uma dinâmica que iria marcar o movimento negro no Brasil em fins do século XX. O ano de 1978 representa uma ruptura e um grande

desafio. Escritores negros e principalmente mulatos, muitos houve no Brasil – o mais célebre deles, Machado de Assis deixou uma obra universalmente reconhecida. Porém, os escritores de cor, à exceção de Luís Gama ou Lima Barreto, nunca reivindicaram a condição de escritores negros.

Luísa Lobo assim define esta nova atitude:

Literatura negra é aquela desenvolvida por um autor negro, ou mulato, que escreve sobre a sua raça dentro do significado do que é ser negro, da cor negra, de forma assumida, discutindo os problemas que a concernem: religião, sociedade, racismo. Ele tem que se assumir como negro.¹³

Clóvis Moura, em *Cadernos Negros* de 1980, completa: O Negro já articula uma linguagem literária própria, rompe o discurso da cultura oficial, e se manifesta como um elemento de resistência à sua marginalização social.¹⁴

A ruptura vem, em primeiro lugar, da primazia da relação entre o escritor e a comunidade racial e étnica (universo cultural e tema principal, senão exclusivo de inspiração) numa recusa das formas de alienação ligadas à cultura oficial e aos preconceitos que inferiorizam o negro.

Paralelamente a produção literária (essencialmente poesia e conto) procura reescrever a história literária brasileira a partir dos conceitos que lembramos. Era preciso começar por uma reavaliação da história cultural e literária oficial.

Machado de Assis, em cujos romances e crônicas, a ironia, o humor, a sátira fina, a paródia e a carnavalização

das situações e das personagens, atingem de forma acertada os setores dominantes da sociedade brasileira, não é descartado, porém Machado nunca se apresentou como negro, embora chegasse a adotar atitudes claras contra a escravidão.¹⁵

Assim, as referências mais freqüentes dizem respeito aos autores que se assumiram como negros e que enfrentaram a sociedade preconceituosa ou racista, como os poetas Luís Gama, Cruz e Souza, o romancista Lima Barreto, os poetas Solano Trindade ou ainda, Lino Guedes.

Destarte, Luís Gama torna-se a referência emblemática, o precursor da negritude, pela denúncia que fizera do racismo, pelo elogio da beleza da mulher negra e pela valorização dos atributos estéticos do negro. Mas também, pela sua contribuição à luta pela abolição da escravidão em prol da justiça social e pelo reconhecimento da dignidade do negro na sociedade brasileira.

Não foi por acaso que em 1984, numa homenagem a Abdias do Nascimento, que teve lugar na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, os organizadores estabeleceram um paralelo entre o homenageado e Luiz Gama: “Dois Negros Libertários”.¹⁶

Os estudos e teses sobre a vida e a obra de Luís Gama, escritor “esquecido” ou pouco valorizado, nunca foram tão numerosos como durante os últimos vinte e cinco anos. Gama tornou-se a partir de então uma figura mítica para as novas gerações de negros brasileiros. Outros, como Cruz e Souza ou Lima Barreto foram “redescobertos”. Porém, Luís Gama, pelo caráter dramático do seu destino (fora vendido como escravo pelo

próprio pai) e por sua militância em favor dos direitos humanos e da dignidade do negro, passa a ocupar um lugar de destaque no novo panteão literário.

A ele se segue Lima Barreto que denunciara o racismo à brasileira em várias de suas obras, como nos romances: *Clara dos Anjos*, *Memórias do escrivão Isaias Caminha*, *Vida e Morte* e *Gonzaga de Sá*.¹⁷

Este trabalho de memória efetuado pelos intelectuais negros não nasce de uma preocupação de erudição, mas sim de uma necessidade pedagógica para com as novas gerações. Era necessário construir exemplos, estabelecer uma continuidade. Neste contexto, os combatentes mais comprometidos foram preferidos a autores como Lino Guedes, que nos anos 30 conhecera uma certa notoriedade. Assim, Cuti, um dos fundadores dos *Cadernos Negros*, embora reconhecendo os dotes do poeta, não aceita seu comportamento que considera resignado e fatalista.

Busca de uma identidade em novo século, abriu e se manteve com freqüência na linha do lamento, extravasando em versos aproximados do Cordel. O flagelo da escravidão ocupou um lugar predominante na sua obra.¹⁸

Cuti, como outros militantes fundadores dos *Cadernos Negros* e em seguida de *Quilombhoje* (1990) valorizaram a luta, sob todas suas as formas, na avaliação que fizeram de seus precursores. Esta vontade também transparece claramente através do uso muito freqüente de referências intertextuais.

Reescrever uma história literária não seria suficiente,

era necessário, para a elaboração da nova identidade do negro brasileiro, enfrentar o presente. É nesta ótica que em 1982, *Cadernos Negros* publica o poema de Carlos Assunção, escrito em 1956: *Protesto*:

Piedade não é o que quero...

Eu quero coisa melhor
eu não quero mais viver
no porão da sociedade

Na apresentação do *Caderno Negro* de poesia onde foi publicado o poema *Protesto*, Cuti refere-se a Frantz Fanon, defende a idéia de que a existência de uma literatura negra só pode ser posterior à existência de uma consciência negra. Torna-se indispensável uma releitura da história do negro no Brasil, que rompesse com a história oficial que desde os primeiros trabalhos do I.H.G.N, em 1838, servira para elaborar os mitos fundadores da nação brasileira, esquecendo ou menosprezando a contribuição dos negros.

Daí brota todo um trabalho de pesquisa e de reelaboração da história das resistências, da coragem, do heroísmo dos negros face à opressão e à crueldade dos traficantes e dos escravocratas. Os “brancos”, na época romântica, e mais tarde com República tinham dado uma importância fenomenal à *Inconfidência Mineira*, ato precursor de uma guerra de libertação que nunca ocorreu, A *Tiradentes* coubera uma postura heróica super dimensionada. Para os negros era importante opor uma outra imagem do passado: a resistência do Quilombo dos Palmares durante quase um século à opressão colonial e escravocrata, a figura heróica de Zumbi, que, em nome da liberdade, preferiu a luta e a morte a qualquer acordo

com os colonialistas portugueses.

É assim que na poesia reunida nos *Cadernos Negros* são constantes as referências ao Quilombo dos Palmares que se transforma em símbolo da resistência ao colonialismo e à opressão. Nesta visão idealizada, mitificada, o Quilombo é a referência chave, tanto no movimento político-cultural *Quilombhoje* de São Paulo, como na ideologia do *Quilombismo* elaborada por Abdias do Nascimento

no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma ruptura e ao mesmo tempo da exigência de uma nova ordem social no Brasil.

Daí também, os inúmeros poemas que opõem a concepção quilombola de resistência de conquista da liberdade ao movimento abolicionista ligado à abolição da escravidão outorgada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888. A influência da produção literária do movimento negro não porém deve ser demasiadamente valorizada, dada sua distribuição limitada e o reduzido número de leitores.

No plano político, a ação do Abdias do Nascimento, deputado federal pelo PDT em 1983, o surgimento de várias ONGs, a criação da *Fundação Palmares* em 1987 por iniciativa do governo Sarney fizeram mais, para que, depois dos festejos que marcaram o centenário da abolição da escravidão, em 1988, houvesse o reconhecimento

do dia 20 de novembro como *Dia da Consciência Negra* no Brasil. Mas isto só aconteceria depois do tricentenário da morte de Zumbi (1695), após de mais de vinte anos de luta política e cultural.

Os escritores negros identificam-se doravante como herdeiros de Zumbi, na vontade de fazer do verbo uma arma ao serviço da liberdade.

Eu sou descendente de Zumbi

Zumbi é meu pai e meu guia

Eu trago quilombo e vozes bravias dentro de mim.¹⁹

Outra figura emblemática, principalmente para as, proporcionalmente, numerosas militantes do Movimento Quilombhoje, é Luísa Mahím, cujos dados biográficos são esparsos e imprecisos e que foi, como quer a tradição, além de mãe do poeta Luís Gama, uma das inspiradoras da revolução dos *Malês* em Salvador em 1835.

Receosos de sofrer as conseqüências de uma sublevação exitosa dos negros e libertos negros, inspirada na revolução existosa dos negros de Haiti trinta anos antes, a classe dirigente reprimiu com muita violência o movimento que ficou na memória coletiva como um dos grandes momentos da luta pela liberdade dos negros no Brasil.

A figura de Luísa Mahím, que desapareceu após a derrocada da sublevação, é, para as militantes negras o símbolo de todas as lutas. Mitificada por ser negra e por ser mulher pobre, portanto duplamente explorada em sua condição de escrava. Luísa é a anti Escrava Isaura, a figura que se contrapõe à imagem da negra ou da mulata bela e sensual cobiçada pelos homens, que ocupou a fantasia erótica dos poetas e dos romancistas brasileiros durante um século. É também a anti *Gabriela Cravo e Canela*, de Jorge Amado e sua figura inspirou a poeta Míriam Alves:

Mahím falou: é amanhã.

A cidade toda se prepara
Malês
Bantus
Gegês
Nagôs
Vestes coloridas resguardam esperanças
aguardam a luta
Arma-se a grande derrubada branca
a luta é tramada na língua dos orixás
“é amanhã, amanhã”
sussurraram
Malês
Bantus
Gegês
Nagôs
“É amanhã”, Luísa Mahín falô.20

Esta é a tonalidade da poesia negra brasileira:
poesia de luta contra o racismo, contra a discriminação,
a favor da justiça e de uma verdadeira cidadania. Poesia
de conscientização, capaz de reverter a imagem idealizada
feita pelos brancos do Brasil. É nesta ótica que se
insere o poema de Jamu Minka, “Efeitos Colaterais”:
Na propaganda enganosa
paraíso racial
hipocrisia faz mal
nosso futuro sem saco
sem fundo.
a gente vê
e finge que não vê
a ditadura da brancura

Negros de alma negra se inscreveu
naquilo que escreveu
mas o Brasil nega
negro que não se nega²¹

Para atingir os seus objetivos, os poetas do movimento negro não se calcam nos moldes da poesia da Negritude de Léopold Sedar Senghor, em grande parte pelo desconhecimento das línguas africanas. O que chama a atenção na poesia de Senghor, para além do fundo, é a forma, profundamente influenciada pelas línguas africanas, onde a palavra é descritiva, assume sua forma concreta. A influência do ritmo, da tradição oral africana, é omnipresente. Poesia profundamente marcada pela imagem místico-religiosa de uma África paradisíaca e inocente. Afim de afirmar seus valores ancestrais, Senghor e os poetas da negritude que o seguiram, negaram o racionalismo europeu, mergulhando nas profundezas do inconsciente, em atitude semelhante à dos surrealistas. Não há portanto influência direta dos poetas francófonos da negritude sobre os novos poetas brasileiros, mas sim uma exemplaridade. Contudo, as referências a elementos lingüísticos ou simbólicos das línguas africanas (candomblé, orixás...) são freqüentes.

O único grande poeta e contista afro-brasileiro contemporâneo que possui uma relação íntima com o legado cultural africano é Mestre Didi, cujos contos e poemas, escritos em Português e em Iorubá, não se inscrevem na dinâmica do movimento *Quilombhoje*, a não ser como confirmação da capacidade da cultura afro-brasileira a sobreviver na clandestinidade, sob a opressão, ao genocídio cultural e lingüístico imposto

pelos “civilizados” europeus durante séculos. Os números especiais de *Cadernos Negros* publicados no fim dos anos 2000, a bela antologia reunida por Zilá Bernd²² em 1992 oferecem um amplo panorama da produção poética do movimento negro brasileiro. O conto, forma curta, fácil de publicar em revistas e jornais e também a forma literária mais acessível a um público pouco habituado ao exercício da leitura, foi a preferida pelos escritores do Movimento Negro. Outra vantagem que vem explicar esta preferência, é a facilidade de difusão de difundir livros de contos, sem a participação de grandes editoras e distribuidoras. O realismo é a tonalidade dominante destes contos que promovem a denúncia das condições de vida dos negros: racismo, discriminação, miséria, ignorância, violência, delinqüência, injustiça, droga, prostituição..., e a difícil saída do “poço sem fundo”, no qual se encontram, para alcançarem a qualidade de cidadãos, numa sociedade dominada pelos brancos. Estes contistas situam-se na perspectiva traçada por Frantz Fanon: partem da realidade contemporânea, que revela a verdadeira condição do homem negro no Brasil, ao invés de mergulharem num passado remoto, marcado pelas lembranças da época da escravidão. As formas atuais de opressão, de discriminação, de violência e suas conseqüências, que aparecem no dia-a-dia nos jornais e na televisão, oferecem numerosas fontes de inspiração, sabendo que, muitas vezes, a realidade está além da ficção. Na criação poética, no entanto, as referências ao passado histórico são mais freqüentes.

Durante os últimos vinte anos do século XX, talvez pela dificuldade de encontrar editores, não surgiram romances importantes de autoria de escritores ligados ao movimento negro. A publicação, em maio de 2006, de *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, vem marcar uma nova etapa na produção literária afro-brasileira. Neste romance histórico de 950 páginas, a escritora abrange a quase totalidade do século XIX no Brasil e na costa ocidental da África. A heroína, Kehinde, capturada com oito anos de idade em Uidáh no Dahomé, é vendida como escrava em Salvador da Bahia, com o nome de Luísa. Sua vida é a ilustração de todas as formas de opressão às quais foram submetidas as escravas negras. Contudo este destino ímpar: Luísa alcança a liberdade, a instrução e regressa para a África, onde passa a última fase da sua vida que vai até o ano de 1882.

O romance, escrito supostamente a partir do diário íntimo de Luisa/Kehinde, torna-se um romance histórico muito complexo. Efetivamente Luísa/Kehinde é Luísa Mahím da história baiana, e o filho vendido e desaparecido é Luís Gama, o grande militante e poeta da causa negra em São Paulo.

O romance é o resultado de um longo trabalho de pesquisa e de reconstrução das personagens, com uma constante preocupação de verossimilhança. A saga de Luísa/Kehinde não se inscreve na dinâmica de reivindicação do movimento negro, posto que Ana Maria Gonçalves procura evitar a instrumentalização dos dramas do passado na defesa das causas nobres do presente, ciente da enorme parte de responsabilidade que durante séculos as sociedades africanas tiveram na

organização do comércio dos escravos.

O tema da identidade dos afro-brasileiros está sempre presente no romance, o destino de Kehinde profundamente marcado pelos orixás. Porém, ela é também Luísa, converte-se ao catolicismo mas continua convivendo com os ritos dos muçulmanos no Brasil e na África. A temática da negritude é tratada de forma original, sem maniqueísmo, tomando em consideração a ambigüidade da condição da narradora que simboliza a ambigüidade de muitos afro-descendentes no plano racial, étnico e religioso.²³

O enfoque de Ana Maria Gonçalves difere também do enfoque de dois autores consagrados, “brancos”, sobre a identidade brasileira no fim do século XX. Em *Os Tambores de São Luís*, em 1975, Josué Montello pretendia escrever “uma grande saga do negro brasileiro... o resgate de uma velha dívida – a dívida contraída com a raça negra em nosso país”.

Em *Viva o povo brasileiro*, de 1984, João Ubaldo Ribeiro propõe uma visão do Brasil bem distante daquela oferecida por Gilberto Freyre. Porém nesta obra de ficção, que restabeleceu o papel do negro na formação da nação brasileira e da identidade multicultural do país, não se trata de uma perspectiva a partir da condição do negro, senão de uma revisão dos conceitos de nação, a partir do ponto de vista de um representante, de um descendente dos vencedores luso-brasileiros.

Nesta breve abordagem procuramos ressaltar a difícil e longa caminhada dos negros brasileiros, ao longo de mais de um século. Caminhada árdua em busca de uma nova “abolição”, não mais da escravidão legal,

mas sim da discriminação e do racismo. Lutam para conquistarem reconhecimento, dignidade até então lhes for a negada, buscam a conquista de uma plena cidadania, numa sociedade enriquecida por sua diversidade cultural. O multiculturalismo é uma noção intrínseca ao movimento literário e cultural dos movimentos negros do fim do século XX, em contraposição à “democracia racial” doravante considerada pelos militantes negros como uma manifestação étnica de racismo disfarçado. A história da produção literária do movimento negro pode ser apreciada apenas em função de critérios estáticos e comparada às obras de escritores consagrados que têm outro público e outra função social e cultural. Não se pode esquecer que a maioria das obras do “Movimento Negro”, encaradas com um objetivo militante, como uma forma de libertação e de afirmação da voz dos oprimidos.

Trata-se atualmente de uma etapa, às vezes rude, mas necessária; e, uma vez reconhecido o verdadeiro papel do negro na cultura e na vida social do Brasil, virão à luz formas mais polidas, mais trabalhadas, mais diversificadas e finalmente mais representativas da importância do negro na sociedade brasileira.

1 FERNANDES. Florestan. *O genocídio do negro brasileiro*. Introdução. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 21.

O negro na literatura brasileira *versus*... 51

Navegações Navegações, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 50-60, mar. 2008

O negro na literatura brasileira *versus*... 53

Navegações Navegações, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 50-60, mar. 2008

2 GRAÇA ARANHA. *Canaã* (1901). Obra completa. Rio de Janeiro:

Aguilar, 1968.

3 BARRETO, Tobias Barreto apud MARTINS, Wilson.

História da

Inteligência Brasileira. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1976, v. IV.

4 RODRIGUES, Raimundo Mina. *Os Africanos no Brasil*. 3. ed. São

Paulo: Companhia Editroa Nacional, 1945

5 ANDRADE, Mário de. *Macunaíma*. 24. ed. Ed. crítica de Telê Ancona

Lopez. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

6 FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala* (1933). 12. ed.

Rio de Janeiro: José Olympio, 1984. _____. *O Mundo que o português criou*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

7 RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

8 O'NEILL, Eugene. O Imperador Jonas. Trad. Ricardo Werneck Aguiar.

Rio de Janeiro, 1944.

9 SEMOG, Éle. *Abdias Nascimento, o griot e as muralhas*. São Paulo:

Pallas, 2006.

10 GUERREIRO RAMOS. *Introdução crítica à sociologia brasileira*.

Rio de Janeiro: Andes, 1957.

11 FANON, Frantz. *Les damnés de la terre*. Paris: Maspero, 1970, p. 156.

- 12 SKIDMORE, Thomas. Fato e mito, descobrindo um problema racial no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 79, p. 5-16, 1991.
- 13 RODRIGUES, Ironides. Entrevista de Luisa Lobo, in: “Literatura negra contemporânea”. *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 118-119, 1987.
- 14 MOURA, Clóvis. Prefácio in: *Cadernos Negros*, n. 3. São Paulo: Ed. Autores, 1980, p. 7.11.
- 15 DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). *Machado de Assis afrodescendente*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.
- 16 NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Dois Negros Libertários: Luís Gama e Abdias do Nascimento*. Rio de Janeiro: Ipeafro, 1985.
- 17 LIMA BARRETO. *Clara dos Anjos*. Rio de Janeiro, 1923-1924;
Memórias do escrivão Isaías Caminha, Rio de Janeiro, 1909; *Vida e Morte de Gonzaga de Sá*, Rio de Janeiro, 1919.
- 18 CUTI. *Cadernos Negros – Os melhores poemas*. São Paulo: Quilombhoje, 1998, p. 19.
- 21 MINKA, Jamu. Efeitos colaterais. In: *Cadernos Negros – os melhores poemas*. São Paulo: Quilombhoje, 1998, p. 76.
- 22 BERND, Zilá. *Antologia da poesia negra brasileira*. Porto Alegre: IEL/APE, 1990.

23 MÉRIAN, Jean-Yves. *Mémoire, histoire et mythes afro-brasiliens dans “Um defeito de cor” de Ana Maria Gonçalves*. In: *Atas do V Congresso Europeu CEISAR de Latino-americanistas*, Bruxelas, 11-14 de abril de 2007 (no prelo).

(fonte: revistaseletronicas.pucrs.br)